

OS EFEITOS INICIAIS DA PANDEMIA SOBRE O EMPREGO NO BRASIL

*Denis Maracci Gimenez
Paulo Eduardo Baltar
Marcelo Manzano*

A economia brasileira apresentou fraco desempenho no primeiro ano de mandato do presidente Jair Bolsonaro. O lento crescimento da economia, de apenas 1,1% em 2019, não expressou as expectativas otimistas da equipe econômica comandada pelo ministro Paulo Guedes. Relevante considerar que a estagnação econômica, anterior à crise provocada pela COVID-19, não se resume ao primeiro ano de mandato do atual Presidente¹. O Brasil entrou na atual crise sanitária sem romper com a longa trajetória de estagnação econômica iniciada em 2015. Muito ao contrário, “entramos na crise em crise”. As dificuldades em grande parte dos setores econômicos, assim como dos trabalhadores expostos, não somente ao elevado desemprego, mas a crescente desorganização do mercado, eram enormes antes da pandemia da COVID-19.

Sob os efeitos dessa prolongada estagnação econômica, anterior à crise atual, o mercado de trabalho não deixou de gerar ocupações. Manteve-se o desemprego elevado, ao tempo em que se consolidou um padrão de geração de ocupações associado a proliferação de estratégias de sobrevivência, com protagonismo dos trabalhadores por conta-própria, dos trabalhadores sem carteira assinada, dos empregadores precários. Um exército de desprotegidos produzido sob os efeitos da longa estagnação e do espírito da reforma trabalhista aprovada em 2017.

O que os dados sobre os efeitos iniciais da pandemia sobre o emprego no Brasil revelam? Como interpretá-los? Que exatamente esses segmentos, pouco protegidos pelas instituições públicas, que formam, em larga medida, a base do mercado de trabalho, foram os primeiros atingidos pela crise atual. Aqueles que, em meio a prolongada estagnação econômica, que se arrasta desde 2015, integraram-se precariamente ao mercado de trabalho, procurando sobreviver de alguma forma, são as primeiras vítimas da crise econômica e sanitária.

Evidentemente, que o prolongamento da crise tende a fragilizar, sobremaneira, as posições de trabalhadores e empresários que, por hora, estão em condições menos severas. Todavia, devemos considerar que as possibilidades de negociação de jornada, salário, contrato, entre outros, para trabalhadores estabelecidos em setores mais organizados e com relações de trabalho mais estáveis, não se apresentam para grande parcela dos desprotegidos. Esses, se não puderem trabalhar, não terão nada. A crise atual, para além da estagnação prolongada anterior, parece ter fechado portas, inclusive, para as estratégias de sobrevivência.

Devemos considerar que as bases de informações disponíveis no país, a despeito dos esforços de instituições como o IBGE, não conseguem captar em profundidade os efeitos de uma ruptura dessas proporções no mercado de trabalho. Tampouco, foram dimensionadas para isso. Como responder ao pesquisador se está procurando emprego

¹Cf. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=resultados>

nas condições atuais? Como determinar o valor recebido por seu trabalho? De toda forma, as pesquisas oferecem um retrato de certos movimentos, que confirmam a hipótese acima formulada, dos efeitos da pandemia sobre o emprego no Brasil.

Os dados divulgados pelo IBGE, em sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), para o trimestre móvel que abriga os meses de fevereiro, março e abril de 2020, nos oferecem um retrato inicial dos primeiros efeitos da crise sanitária sobre a economia e de seus efeitos sobre o combalido mercado de trabalho brasileiro². Retrato ainda inicial, considerando que as medidas mais contundentes de isolamento social passaram a vigorar apenas na segunda quinzena de março, portanto, na metade do trimestre considerado.

Tabela 1 - Indicadores do mercado de trabalho no Brasil em períodos selecionados

Indicadores	Indicadores dos trimestres móveis (em milhares)			Variação em relação ao trimestre nov-dez-jan/2020		Variação em relação ao trimestre fev-mar-abr/2019	
	fev-mar-abr 2019	nov-dez-jan 2020	fev-mar-abr 2020	Diferença (000)	VAR%	Diferença (000)	VAR%
População em idade para trabalhar (14 anos ou mais)	170.494	171.798	172.978	1.180	0,7	2.484	1,5
Na força de trabalho	105.543	106.065	102.052	-4.012	-3,8	-3.490	-3,3
Ocupada	92.365	94.151	89.241	-4.910	-5,2	-3.124	-3,4
Desocupada	13.177	11.913	12.811	898	7,5	-366	-2,8
Fora da força de trabalho	64.951	65.733	70.926	5.193	7,9	5.975	9,2

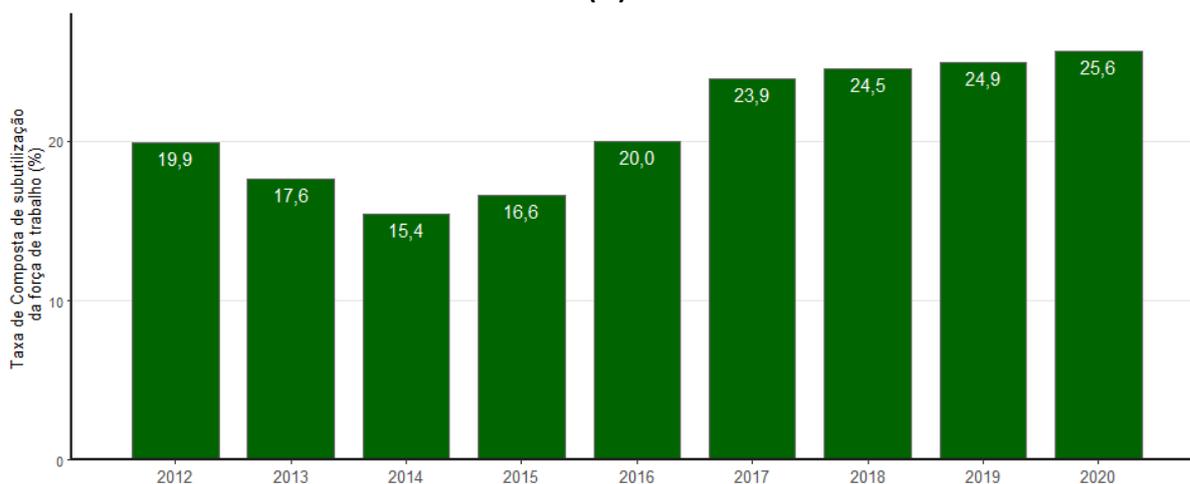
Fonte: IBGE – PNADC

A forte expansão da desocupação é o sinal mais evidente da crise. Entre o último trimestre móvel encerrado em janeiro de 2020 e o trimestre móvel encerrado em abril de 2020, a taxa de desocupação saltou de 11,2% para 12,5%, incorporando quase 900 mil novos desocupados ao estoque do trimestre anterior, de 11,9 milhões de trabalhadores. Mas esse fenômeno, grave, não expressa a profundidade dos efeitos da crise no mercado de trabalho brasileiro.

Em primeiro lugar deve-se observar a forte retração da força de trabalho. Uma queda de 3,8%, com a saída do mercado de trabalho de 4 milhões de pessoas. Por sua vez, a “população fora da força de trabalho” cresceu 7,9% no período. Mais de 5,2 milhões de pessoas foram incorporadas a esse grupo, que bateu o recorde histórico da série com 70,9 milhões de pessoas fora da força de trabalho. Por outro lado, a taxa composta de subutilização subiu para o maior nível da série iniciada em 2012: 25,6%. A população subutilizada cresceu 8,7% entre os trimestres móveis considerados, também batendo o recorde da série histórica, com estimativa de 28,7 milhões de pessoas nesse grupo. Movimentos assimétricos determinaram esse crescimento. A expansão do desalento (7%) se contrapõe a um forte recuo, de 7,6% ou menos 500 mil trabalhadores, dos subocupados por insuficiência de horas trabalhadas.

²<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>

Figura 1 - Taxa composta de subutilização – trimestres de fevereiro a abril – 2012 a 2020 – Brasil (%)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
 Nota: A partir do 4º trimestre de 2015 houve mudança de conceito na subutilização da força de trabalho por insuficiência de horas trabalhadas. Anteriormente, considerava-se no cálculo do indicador as horas efetivamente trabalhadas e, a partir do referido trimestre, as habitualmente trabalhadas. Houve ainda mudança na forma de captação do quesito de horas trabalhadas.

Como explicar esses movimentos? Inicialmente compreendendo que refletem aquela forte contração da população ocupada que deixou mais de 4,9 milhões de trabalhadores fora da força de trabalho. Nunca havia ocorrido uma contração tão expressiva na série da PNADC³.

Além disso, os dados do IBGE também indicam que a queda foi mais profunda entre os trabalhadores sem carteira e aqueles que trabalhavam por conta-própria, em comparação aos empregados com carteira de trabalho assinada do setor privado (exceto trabalhadores domésticos). Na comparação com o trimestre móvel imediatamente anterior, enquanto a queda nos dois primeiros segmentos foi de 13,2% e 4,9% respectivamente, eliminando um total de 3,7 milhões de ocupações informais, entre os trabalhadores com carteira registrou-se uma contração de 4,5% (-1,5 milhões de empregos). Já entre aqueles que se declaram como empregadores registrou-se uma redução de 5,1% no volume total de ocupados (-226 mil), dos quais 89% (179 mil) possuíam CNPJ.

Analisando esse movimento de contração da ocupação pelos grupamentos de atividade, apenas o grupamento de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social, Educação, Saúde Humana e Serviços Sociais, apresentou crescimento (1,8%) no trimestre em comparação ao trimestre imediatamente anterior⁴. Em outros grupamentos de atividades importantes a queda foi muito significativa, com queda de 13,1% da ocupação na Construção, 12,4% em Alojamento e Alimentação, 11,6% em

³ Cabe assinalar que essa inédita contração da força de trabalho brasileira pode, em alguma medida, estar refletindo os efeitos da concessão dos chamados “Benefícios Emergenciais”, uma vez que diante do quadro de paralização de muitas atividades econômicas e de interrupção dos fluxos de renda, é de se supor que uma parte significativa da população de menores rendimentos e exposta a ocupações de maior precariedade saia da condição de atividade, ao menos momentaneamente.

⁴ Note-se que em sentido diverso do que foi observado nos EUA, onde registrou-se redução líquida das ocupações nesse grupamento, conforme exposto em Gimenez, Pochmann e Rigoletto (2020). “COVID-19 e seus efeitos sobre o mercado de trabalho nos EUA” disponível em <https://www.cesit.net.br/covid19-e-seus-efeitos-sobre-o-mercado-de-trabalho-nos-eua/>

Serviços Domésticos, 6,8% em Comércio e Reparação de Veículos, 5,6% da ocupação na indústria e 4,9% em Transporte, Armazenamento e Correio. Com percentagem menores de queda, mas tendência idêntica, a queda também ocorreu em comparação ao mesmo trimestre de 2019: Indústria (-2,9%), Construção (-10,2%), Comércio e Reparação de Veículos (-4,5%), Alojamento e Alimentação (-9,3%) e Serviços domésticos (-10,1%)⁵.

Tabela 2 - Brasil, ocupados por grupamentos de atividade do trabalho principal

grupamentos de atividade do trabalho principal	Indicadores dos trimestres móveis (em milhares)			Variação em relação ao trimestre nov-dez-jan/2020		Variação em relação ao trimestre fev-mar-abr/2019	
	fev-mar-abr 2019	nov-dez-jan 2020	fev-mar-abr 2020	Diferença (000)	VAR%	Diferença (000)	VAR%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	8.399	8.323	8.166	-157	-1,9	-233	-2,8
Indústria geral	11.779	12.121	11.436	-685	-5,6	-343	-2,9
Construção	6.566	6.781	5.896	-885	-13,1	-671	-10,2
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	17.493	17.922	16.704	-1.218	-6,8	-789	-4,5
Transporte, armazenagem e correio	4.844	4.965	4.723	-242	-4,9	-122	-2,5
Alojamento e alimentação	5.440	5.633	4.933	-699	-12,4	-507	-9,3
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	10.508	10.598	10.379	-218	-2,1	-129	-1,2
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais	16.207	16.384	16.671	287	1,8	464	2,9
Outros serviços	4.872	5.111	4.745	-366	-7,2	-127	-2,6
Serviços domésticos	6.193	6.292	5.565	-727	-11,6	-628	-10,1

Fonte: IBGE - PNADC

Na verdade, da eliminação de 4,9 milhões de ocupações neste último trimestre móvel, o comércio respondeu por quase $\frac{1}{4}$ deste volume, ou seja, 1,2 milhão de ocupações fechadas, seguido da construção que fechou 885 mil postos de trabalho e dos serviços domésticos, onde foram eliminados 727 mil postos de trabalho – o que equivale a praticamente 10% do total de ocupações desta categoria profissional. Somados, esses grupamentos responderam por quase 60% das ocupações fechadas.

Neste cenário, até o que poderia parecer uma boa notícia não representa efetivamente um movimento positivo da dinâmica do mercado de trabalho. Por exemplo, como consequência da contração do total de pessoas ocupadas, a taxa de informalidade estimada pelo IBGE caiu. Por que? A queda, como visto, foi maior entre os trabalhadores sem carteira e entre aqueles que trabalhavam por conta-própria, em comparação a queda entre aqueles com carteira assinada. Ou seja, a eliminação de

⁵ Cf. IBGE – PNADC

postos de trabalho foi generalizada e alcançou todos os grupos de trabalhadores, mas alguns perderam mais do que os outros. Na verdade, 75% da queda da ocupação aconteceu em “atividades informais”. Desse modo, cabe dizer que ocorreu o que se chama de “efeito concentração”, o qual resulta da preservação, proporcionalmente maior, de ocupações formais e termina produzindo uma melhora que se poderia considerar espúria da taxa de informalidade em meio à crise.

Em conclusão, os dados divulgados pelo IBGE sobre o trimestre móvel encerrado em abril de 2020, portanto, sob os efeitos parciais da pandemia, parecem demonstrar uma situação gravíssima em várias dimensões. Todo o mercado de trabalho piorou, mas os efeitos mais severos da crise atingiram sobremaneira a base do mercado de trabalho, onde estão, num plano geral, os piores empregos e as menores remunerações, com grande flexibilidade das relações de trabalho. Falamos de trabalhadores por conta própria, aqueles sem carteira assinada, trabalhadores em alojamento e alimentação, na construção civil, em serviços domésticos.

As condições destes mais atingidos pela crise, nos parece, representam o “espírito da reforma trabalhista” implementada em 2017 e o ímpeto de seus mais radicais defensores. Sem a mediação de instituições públicas, seus destinos parecem governados pelo livre jogo das forças de mercado. Sem emprego, sem renda, em moradias precárias diante dos desafios da pandemia. As necessárias medidas prudenciais de isolamento e distanciamento social parecem incompatíveis com o abandono de grande parte da população brasileira submetida a expansão do desemprego, da sub ocupação e da falta de renda.

Sem a capa protetora do Estado e das instituições públicas, sem uma maciça e imediata transferência de recursos para trabalhadores e “empresários de si mesmos”, poucas chances terão diante dos efeitos combinados da crise econômica e da crise sanitária. Considerando a profundidade da contratação da renda, esses efeitos serão sentidos ainda por longo tempo, tendendo a atingir também os mais protegidos. Assim, os chamados “auxílios emergenciais” não somente devem ser mantidos como expandidos no tempo e no espaço, tomando forma em diferentes modalidades.